

Censo encomendado pela Secretaria Municipal de Saúde revela que as clínicas psiquiátricas conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) geram um lucrativo inferno concentracionário, reunindo autistas, oligofrênicos, alcoólatras, neuropatas, muitos deles tuberculosos ou infestados de bactérias. Os donos dessas clínicas se chamam de empresários da saúde. Na verdade, são mercadores da saúde.

Não é nada por acaso que o malfadado interno é habitualmente paciente com alto índice de internação prolongada ou reinternação (quase sempre desnecessária), sem falar no inapelavelmente condenado à clausura perpétua. Manter reféns assim baratos e permanentemente sedados, abandonados por suas famílias e dominados por *capos* vestidos de enfermeiros, é o sonho de consumo dos empresários da morte conveniada, que se especializaram em privatizar dinheiro público socializando desgraça e desesperança.

Essas clínicas são cárceres privados financiados pelo Estado. É sabido que o sucateado atendimento público cedeu lugar ao sistema conveniado, hoje nas mãos de uma poderosa e bem organizada máfia de branco, que drena indevidamente enorme quantidade de dinheiro público para seqüestrar e deixar apodrecer até a morte os arbitrariamente classificados de "doentes mentais" ou "terminais". No final, o Estado torna-se co-sequestrador.

Não é caso de incompetência, nem de inconsciência burocrática. A quadrilha de branco é uma das mais articuladas e influentes do país: é a terceira maior fonte de recursos de financiamento de campanhas eleitorais, depois dos bancos e das empreiteiras, e detém uma das maiores bancadas corporativas na Câmara Federal e nas assembleias legislativas estaduais. Cerca de um terço da Assembleia Legislativa maranhense é composta de donos de instituições conveniadas ao SUS.

A máfia de branco manipula burocratas em postos-chaves da administração pública, desde o Posto de Assistência Médica da Rua Venezuela, que faz a triagem e distribuição dos deficientes mentais (nomeado pelos do-

nos da Santa Genoveva), até altos funcionários federais com "dupla militância", agentes infiltrados dos empresários da morte.

A razão de todo esse empenho são as altíssimas verbas que acabam desviadas para financiar a carreira política de seres desprezíveis como Eduardo Spínola, sócio de Mansur José Mansur na Santa Genoveva e vice-presidente do PTB no estado.

O tamanho do butim explica a repulsa da bancada de branco por propostas que socializem de verdade as verbas da saúde, ou que privilegiem a medicina comunitária, por exemplo, transferindo às famílias os R\$ 500 mensais por paciente que são entregues aos Mansur e Spínolas desse país. Uma solução bem de acordo com a idéia de parceria da era Fernando Henrique Cardoso.

A bancada de branco já avisou, também, que não quer ouvir falar do projeto de lei do deputado Paulo Delgado (PT-MG) que tramita no Senado, que prevê a substituição do manicômio medieval por recursos de atendimento contemporâneos com suporte comunitário. Esta proposta já foi classificada por técnicos do próprio Ministério da Saúde como coerente com o desejo da moderna psiquiatria de abandonar o anacrônico modelo assistencial. É também positivo o dispositivo do projeto Delgado que possibilita questionar a internação involuntária e subordinar a assistência psiquiátrica aos direitos humanos.

Diante de tudo isso, é impossível ignorar responsabilidades. Alegar enormidades, como o subsecretário estadual de Saúde, Walter Mendes, segundo o qual "se se levar em conta a Constituição, o erro é do Município; mas, se se levar em conta a realidade, o erro é de ninguém", é um total despautério.

Também não se pode pôr tudo na conta da inconsciência ou da ignorância. É como na Alemanha hitlerista: as pessoas somem de casa, os trens partem atulhados e voltam vazios, as chaminés fumegam, as pessoas somem, os caminhões retornam cheios de sapatos.

Como lavar as mãos enquanto um novo trem está sendo carregado de futuras vítimas?